



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

INDISCIPLINA – UM DESAFIO QUE EXIGE NOVAS AÇÕES

NÚBIA MARQUES SALVADOR CUNHA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

INDISCIPLINA – UM DESAFIO QUE EXIGE NOVAS AÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

Núbia Marques Salvador Cunha

INDISCIPLINA – UM DESAFIO QUE EXIGE NOVAS AÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em vinte e um de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

Prof. UFMG

Núbia Marques Salvador Cunha

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lidam com crianças e adolescentes. Espero que esses profissionais, possam verdadeiramente ajudá-los a desenvolver valores ligados a afetividade, respeito e disciplina como princípios para uma vida feliz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos aqueles que colaboraram para que este trabalho fosse realizado, à equipe gestora da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, à família Síría Thébit, em especial a minha vice-diretora Patrícia Goulart e à toda comunidade escolar. Com uma atenção especial, agradeço à toda minha família e mestres da minha carreira acadêmica que muito contribuíram para conclusão desta etapa.

EPÍGRAFE

“Quanto maior clareza que o professor tiver dos fatores que provocam os conflitos, mais possibilidade terá de controlar a manifestação de suas reações emocionais e, em consequência encontrar caminhos para solucioná-los.”.

GALVÃO

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Síria Thébit em relação ao tema “Indisciplina – um desafio que requer novas ações”. O objetivo geral é levantar estratégias que estimulem a corpo docente a refletir e buscar a implementação de uma prática pedagógica envolvente e significativa que favoreça ainda mais, o desenvolvimento psico-sócio-cognitivo dos alunos, diminuindo a indisciplina em sala de aula. Como objetivos específicos pretende criar momentos que propiciem reflexões sobre situações de conflitos em sala de aula e promover a ampliação do conhecimento teórico que o corpo docente tem sobre o tema. No decorrer da análise foram realizadas pesquisas bibliográficas buscando fundamentação teórica observando se o tema em questão está coerente com as tomadas de decisões neste espaço educacional e com o próprio Projeto Político Pedagógico da instituição. Ao final percebe-se a necessidade de se estabelecer novas relações dentro da escola, revendo papéis e a função de cada sujeito dentro do processo de ensino e aprendizagem, permitindo que um enxergue o outro como co-participantes do processo, atuando em conjunto, sem a ânsia de culpabilizar quem quer que seja.

Palavras-chave: Indisciplina, afetividade e ensino-aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. INDISCIPLINA – UM DESAFIO QUE REQUER NOVAS AÇÕES	11
1.1. Refletindo sobre situações de conflito	12
1.2. Quebrando paradigmas	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	18
ANEXO	
Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Síría Thébit	19

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professora Síría Thébit, está situada no bairro Cristina B, periferia do município de Santa Luzia/MG, com 878 alunos matriculados, da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, sendo ainda duas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola atende preferencialmente a três bairros, sendo: Palmital, Nova Conquista e Cristina. Esses bairros enfrentam vários problemas sociais, de infraestrutura e econômicos, como falta de saneamento básico, violência local, drogas, entre outros. Essas dificuldades são evidenciadas na rotina de cada educando, ou seja, cada aluno traz em si elementos advindos de seu meio social e das experiências vividas.

A equipe da escola é composta atualmente por sessenta e sete funcionários, dentre eles, diretor escolar, vice-diretor, supervisores pedagógicos, professores, monitores, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços educacionais e vigias. É importante ressaltar que, grande parte dos professores possui a graduação específica e busca constantemente novas propostas para viabilizar um aprendizado produtivo e prazeroso aos seus alunos.

A instituição se propõe a ministrar uma educação que contemple os aspectos psicológicos, sociais, políticos, afetivos e morais para a formação dos educandos, expressados na compreensão da realidade, no exercício da liberdade, com responsabilidade, na convivência solidária, no serviço à sociedade, na prática das relações democráticas, ações essas norteadas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

Além do que foi citado, o PPP se propõe oferecer uma educação voltada para a conquista da autonomia do educando e do auto conhecimento, o que implica em fazer escolhas conscientes, assumir responsabilidades e comprometer-se com o aprendizado.

Significa ainda conquistar a liberdade e o desafio de ser sujeito de sua história, consciente de suas limitações. Nesse sentido, o conhecimento e os valores éticos tornam-se sinônimos de liberdade, pois quanto mais o educando descobre, mais livre se torna.

Contudo, é perceptível que o corpo docente precisa de apoio e novas ações no que diz respeito à disciplina em sala de aula, visto que, as características do aluno de hoje se diferencia do aluno de vinte anos atrás e a tecnologia possibilitou ainda mais o desenvolvimento desse aluno. Sendo assim, a estrutura escolar ainda enfrenta desafios que, muitas vezes, não busca incrementar o processo de aprendizagem através das ferramentas tecnológicas, o que, na maioria das vezes, pode resultar em um desinteresse por parte do aluno, acarretando situações conflituosas em sala de aula.

O ideal seria se uma verdadeira aceitação entre os sujeitos da comunidade, fosse real, seja ele um colega ou um professor, e também ser aceito por ele. Numa sociedade em que há uma efervescência de sentimentos, de problemas sociais intensos que envolvem também a esfera econômica e na qual as pessoas precisam se reafirmar constantemente como cidadãos, é quase impossível a escola não refletir essas questões.

Atitudes agressivas verbais e físicas, a falta de interesse e de respeito ao outro parecem ser os maiores problemas vividos na instituição, problemas esses que tem, por consequência, interferido nas questões pedagógicas do desenvolvimento dos alunos. Percebe-se isso na rotina escolar, através dos conflitos detectados, reclamações de pais, encaminhamentos ao conselho escolar por indisciplina, professores desmotivados, entre outros fatores. Panizzi, (1999, p.12) afirma que:

A descrença de que a escola possa constituir-se num espaço de construção de conhecimento, de alegria, de formação de pessoas conscientes, participativas e solidárias tem recrudescido. Os sentimentos em relação a ela têm sido de desilusão, desencanto e impotência diante dos inúmeros problemas cotidianos. (PANIZZI, 1999, p. 12)

Nesse sentido, percebe-se grande necessidade em abordar um assunto tão discutido em reuniões, a indisciplina. Faz-se urgente proporcionar um novo fazer pedagógico e democraticamente, buscar ações eficazes a fim de amenizar tais conflitos entre os indivíduos presentes no ambiente escolar, na perspectiva de promover um ambiente mais favorável à aprendizagem.

Sendo assim, este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo geral levantar estratégias que estimulem o corpo docente a refletir e buscar a implementação de uma prática pedagógica envolvente e significativa que favoreça

ainda mais, o desenvolvimento psico-sócio-cognitivo de seus alunos, diminuindo a indisciplina em sala de aula.

Como objetivos específicos, pretende-se criar momentos que propiciem reflexões sobre situações de conflitos em sala de aula e promover a ampliação do conhecimento teórico que o corpo docente tem sobre o tema.

Após a finalização deste trabalho, acredita-se que gestores escolares juntamente com sua equipe pedagógica podem estabelecer novas ações na implementação de uma prática pedagógica que favoreça o processo de aprendizagem, conseguindo atender este público da Escola Municipal Professora Sírnia Thébit, que cada vez apresenta-se mais envolvido com o conhecimento e com a formação ética, moral e social do educando.

1. INDISCIPLINA – UM DESAFIO QUE REQUER NOVAS AÇÕES

Silva (2007, p. 03) em sua tese, aborda de forma clara a ideia do conceito de disciplina:

Em seu sentido mais corrente, no entanto, a palavra disciplina tende a designar um conjunto de regras e de ações que visam regular o convívio e o cumprimento das atividades pelos sujeitos em uma dada instituição. (SILVA, 2007, p. 3)

Porém, na discussão sobre indisciplina pretende-se refletir no que realmente se configura como indisciplina e assim entender melhor o que seriam as atitudes disciplinadas, tão desejadas por todos, inclusive pelos próprios educandos. Tal conceito vem sendo construído na sociedade ao longo da história e é evidenciado por várias instituições que exerceram e ainda exercem uma função disciplinadora, dentre elas: a família, a igreja e a escola. Mesmo que pareça que tais instituições perderam o controle da situação é necessário recuperar e evidenciar esse papel importante e indispensável na educação das novas gerações.

Este assunto, a indisciplina, é um tema muito contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, sendo assim, o corpo docente e a equipe administrativa e a pedagógica da escola, em várias oportunidades, tem refletido sobre as possibilidades de proporcionar um ambiente escolar mais favorável à aprendizagem e à convivência.

O processo educativo já apresenta por si só grandes e constantes desafios para seus sujeitos, porém a realidade atual tem se agravado como reflexo de mudanças sociais e culturais profundas e dinâmicas vividas pela sociedade, mudanças de valores, de princípios, de criação e de valorização do sujeito. Segundo Maturana (1999, p.15):

Vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constituiu o viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional. (MATURANA, 1999, p.15)

Isso é muito perceptível na fala dos educadores, quando se referem a questões atitudinais de seus alunos, segundo os mesmos, os alunos desvalorizam a expressão de emoções e alguns valores como forma de se reafirmar diante de seus

pares. Para o corpo discente, aquele aluno popular e descumpridor de regras, é o aluno “descolado” que se destaca, e não mais o “nerd”, o aluno focado nos estudos e cumpridor de regras. A maioria deseja ser o “descolado”!

1.1. Refletindo sobre situações de conflito

A escola se configura, como já citado anteriormente, como um lugar de efervescência de emoções, desejos e relações interpessoais. Um ambiente em que o fazer humano é ainda mais evidente, já que, em sua maioria, as pessoas que o compõe estão em processo intenso de formação e todas questões relacionadas à aspectos emocionais, sociais e cognitivos que permeiam esse processo de formação, são colocadas em xeque.

Sendo permeado por tanta subjetividade, o processo de construção do conhecimento acadêmico ou conhecimento de si mesmo e do outro, não é previsível, não é estabelecido, ele é dotado de fluidez, reflexão, formações de conceitos, avanços e retrocessos, o que lhe confere um caráter dinâmico. Dentro desse entendimento, é preciso aprender a lidar com diferentes situações vivenciadas no ambiente escolar.

Tem-se então o grande desafio pessoal vivido por todos os sujeitos escolares, que é o de ter que reformular suas próprias concepções sobre o aprender e sua visão do mundo e do outro, objetivando uma convivência harmoniosa durante a construção do conhecimento. Diante deste desafio que se apresenta, são vivenciados na escola situações que trazem indagações e conflitos necessitando de uma reflexão constante.

Os conflitos nascem dos embates entre interesses distintos, ou seja, duas ou mais pessoas que pretendem que seus pontos de vista sejam aceitos sem considerar a possibilidade de mudanças ou de agregar opiniões que diferem da sua. Assim, desde um “não” que o aluno recebe em relação à alguma situação específica, até um olhar que o desagrada, ambos podem ser o gatilho que irá desencadear situações conflituosas. Baseado em observações do dia a dia escolar e pelas experiências vivenciadas fora de sua casa, nota-se que os alunos tendem a resolver situações com gritos e atitudes agressivas, ignorando o diálogo.

Fazer-se ouvir é sempre mais importante e mais fácil do que ouvir o outro. É perceptível diante da fala dos próprios alunos, que o senso do que é justo parece estar distorcido. Muitas vezes, ações por parte dos professores e equipe administrativa e pedagógica, se baseiam num julgamento da situação isoladamente, sem perceber todas as variáveis que a envolvem, advindas do ambiente familiar, do ambiente em sala de aula e de características pessoais dos envolvidos. Panizzi (2004, p. 05) aborda esta questão, afirmando que:

O despreparo para lidar com as questões emocionais e a visão padronizada de comportamentos e valores, dos sujeitos envolvidos na ação educativa – professores, diretores, coordenadores, inspetores – acirram de forma significativa esses conflitos, na medida em que os vê como afronta e desrespeito. Sem ter clareza sobre os fatores que provocam tais conflitos, se contagiam com o descontrole emocional dos alunos, o que os impede de racionalmente controlar a situação e encontrar possíveis caminhos para a sua resolução. (PANIZZI, 2004, p.05)

O que se vê é que, na maioria das vezes, o professor não consegue intervir na solução da situação conflituosa e busca transferir o problema passando para a direção, vice-direção ou supervisão. Perde-se nesse momento o foco na solução do problema ao tentar entendê-lo e punir os “culpados”.

O desejo de fazer-se ouvir parte também do professor, que quer ser ouvido, quer ser reconhecido e legitimado em sala de aula, porém, por vezes, não ouve seu aluno, não admite a possibilidade de estar em sua prática um dos fatores de causa do conflito. Nesse embate direto entre professor - aluno, não se consegue estabelecer um entendimento sobre o que fazer ou como fazer ao buscar a harmonia perdida na tensão.

E assim, o conflito se instaura. O professor se sente angustiado, muitas vezes injustiçado e não consegue fazer uma reflexão coerente. Do outro lado está a família que apresenta um perfil distinto. Às vezes atende o chamado da escola e tenta intervir de forma conjunta com a escola, em outros momentos atende o chamado, mas se mostra sem condições de intervir devido à problemas familiares em que se insere, e diversas vezes nem atende a esse chamado.

O que se vê é que a própria família não consegue enxergar o conflito como uma situação de dualidade. O primeiro ímpeto da família, ou de boa parte delas, é culpabilizar a escola, o sistema, o cônjuge ou o próprio(a) filho(a). O ideal seria que a família proporcionasse a formação dos princípios e valores, para que esta criança

inicie a sua escolarização, com os conceitos, como: respeito, ética, amor, solidariedade internalizados. No entanto, a família julga ser papel da escola formar este cidadão. Segundo Cortela (2014):

As famílias confundem escolarização com educação. É preciso lembrar que a escolarização é apenas uma parte da educação. Educar é tarefa da família. Muitas vezes, o casal não consegue, com o tempo de que dispõe, formar seus filhos e passa a tarefa ao professor, responsável por uma classe de 35 a 40 alunos, tendo de lidar com a educação artística, religiosa, ecológica, sexual, para o trânsito, contra a droga, português, matemática, história, biologia, língua estrangeira, moderna, etc, etc, etc. A escola passou a ser vista como um espaço de salvação. (CORTELLA, 2014)

E assim, vê-se uma busca por culpados, por responsáveis pelo comportamento transgressor, ou é a família que não educa mais e transfere toda a responsabilidade para a escola, ou a escola que diz já ter usado todas as estratégias e não sabe o que fazer. Há também o próprio educando que se sente perdido e desmotivado quanto a ter um comportamento amigável e produtivo. Assim, se vive, por vezes um dia a dia escolar agitado e o entendimento entre gestores, famílias, professores e alunos se torna complexo e bem delicado.

Nesse aspecto, acredita-se ser necessário estipular ações conjuntas, com o intuito de tornar o ambiente educacional propício à aprendizagem, onde o educando possa exercer seu protagonismo, multiplicando boas ações, ensinando também o outro através de um exemplo de dignidade, responsabilidade e respeito.

1.2. Quebrando paradigmas

A sala de aula deve ser favorável à aprendizagem, à construção coletiva do saber, ao desenvolvimento da convivência e da troca de experiências. Sendo assim, entende-se que a sala de aula deva ser o lugar de respeito mútuo, de ética, de discussões, de questionamentos, caminhando ao encontro do saber e do aprender.

É papel do professor proporcionar aos seus alunos essa oportunidade, buscando criar novas ações que viabilizem este ambiente ideal. Através do diálogo com o corpo docente, novas parcerias podem ser feitas objetivando uma nova postura em sala de aula. Deve-se encantar o aluno e ir de encontro ao seu mundo, pois como afirma Cortella (2014):

Ninguém deixa de interessar por aquilo que interessa. Nós temos que saber o que interessa ao aluno para, a partir daí, chegar ao que é necessário. É preciso conhecer o universo circunstancial dos alunos: as músicas que eles estão ouvindo, o que estão assistindo de programas e vendo de desenho animado, para chegar a seleção de conteúdo científico necessário. Temos que partir do universo vivencial que o aluno carrega para chegar até aquilo que de fato é necessário acumular como cultura produzida pela humanidade. Hoje, a escola não pode ser extremamente abstrata, como no meu tempo. O conteúdo tem que ser conectado com o dia a dia. (CORTELLA, 2014).

O primeiro passo em direção a essa nova forma de aprendizado significativo deve partir do professor. É necessário que o professor se sensibilize e perceba que rever sua prática e sua didática é ponto crucial pra envolver seu aluno em sala de aula. A busca por novas estratégias de trabalhar conteúdos diversos deve ser constante. Nesse sentido, é importante ter sensibilidade para perceber as “pistas” que os alunos deixam em sua fala e em seu modo de expressar.

A partir dessas “pistas”, o professor pode intervir mais efetivamente conferindo sentido ao que o aluno vê e escuta em sala de aula. Acredita-se que o professor precise de um novo olhar sobre seus alunos, vendo-os como participantes ativos do processo de aprendizagem, ou seja, professor e alunos não são oponentes, estão do mesmo lado, buscando uma aprendizagem efetiva.

Esse movimento de se colocar em um novo lugar em relação à sua prática não é um exercício fácil, porém se faz necessário nos dias atuais. Daí a importância de um trabalho conjunto entre professores e supervisores em sala de aula e também nas discussões quanto ao planejamento, organização do trabalho pedagógico, avaliação e da gestão da escola como uma força legitimadora desse trabalho. A presença da gestão é primordial, pois mostra ao corpo docente que a atitude positiva no sentido de melhorar o trabalho em sala de aula é da escola como um todo e não apenas de apenas um ou outro professor isoladamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas essas discussões, fica nítido nesse TCC que é necessário estabelecer novas relações dentro da escola, revendo papéis e a função de cada sujeito dentro do processo de ensino e aprendizagem, enxergando o outro como co-participantes do processo, atuando em conjunto, sem a ânsia de culpabilizar quem quer que seja.

A educação que se almeja oferecer na escola deve ter como objetivo principal a mudança de paradigmas, permitindo que os estudantes produzam o seu próprio conhecimento, conquistando autonomia cognitiva e moral, instrumentalizando-os para compreenderem os acontecimentos, as relações sociais de forma reflexiva e crítica.

Para isso, a mudança vai além de escolhas de novas metodologias de ensino e de didática avançada; pois requer a construção de uma nova definição do conceito indisciplina/disciplina, requer uma nova concepção de aluno enxergando e valorizando suas características diante da sociedade atual.

O que é o comportamento indisciplinado? O que esperar do bom aluno? Quais aspectos devem ser considerados no processo de ensino aprendizagem que contribuem diretamente para o desenvolvimento? Essas são perguntas que devem ser discutidas, devem ser objeto de constante reflexão para que se consiga construir o novo fazer pedagógico em sala de aula, pois valores são relativos de uma escola para outra. A abordagem utilizada com o aluno deve ser repensada, a causa de uma situação conflituosa ser pesquisada, investigada antes de ser justificada ou explicada utilizando-se de informações simplistas.

Há que se redefinir o novo aluno, porém, há que se redefinir também o novo professor. O que deve nortear a prática pedagógica de um professor nos dias atuais? O que pode esperar de seus alunos? Até onde ele pode levar seus alunos? Suas expectativas correspondem ao tipo de aluno que se apresenta hoje em sala de aula? São reflexões bastante pertinentes, que devem ser exaustivamente discutidas, dialogadas para que se possa reconstruir novos sujeitos educacionais que atuem efetivamente e produtivamente para o aprendizado.

Esse parece ser o mais complexo aspecto a ser trabalhado, não é tarefa fácil desconstruir algo historicamente construído, pois rever práticas e conceitos exige

abrir mão de convicções já consolidadas do “*sempre fiz assim e antes dava certo*”, falas comumente ouvidas na sala dos professores. Sendo assim, não é possível impor a mudança, não é possível, ou pelo menos não se alcançará a mudança genuína de paradigmas, com um processo externo a esses sujeitos, essa só será concluída se for um processo interno reflexivo e legítimo.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mário Sergio. **Entrevista a Revista Kalunga**. Disponível em: <<http://www.revistakalunga.com.br/entrevistas/mario-sergio-cortella>>. Acesso em 23/12/2014.

FACION, JOSÉ RAIMUNDO. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. 3ª ed. Rev.atual. Curitiba: Ibpex, 2007.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PANIZZI, Conceição Aparecida Fernandes Lima. **A relação afetividade-aprendizagem no cotidiano da sala de aula: enfocando situações de conflito**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt132.pdf> > Acesso em 26/08/2013.

SILVA, Luciano Campos da. **Disciplina e indisciplina na aula: uma perspectiva sociológica**. 2007, UFMG

ZAGURY, TÂNIA. **Limites sem trauma**. 49ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SÍRIA THÉBIT

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ANDERSON FERNANDO RODRIGUES DA SILVA

ANGÉLICA DE FÁTIMA BOTELHO SANTOS

NÚBIA MARQUES SALVADOR CUNHA

PATRÍCIA DE SOUZA GOULART

SANTA LUZIA, 2014



escola de **gestores**
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SÍRIA THÉBIT

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SANTA LUZIA, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
1.1. Posição política, filosófica e social	07
1.2. Posição pedagógica	07
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	20
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal "Professora Síria Thébit", é uma instituição de referência em qualidade de educação. Busca há pouco mais de quatro décadas cada vez melhor atender à comunidade oferecendo formação e conhecimentos sistematizados com perspectiva de resgate e exercício da cidadania, como marco fundamental em sua história.

Em 1982, durante a administração estadual do governador Tancredo de Almeida Neves, tendo como Secretário Estadual de Educação Octávio Elísio Alves de Brito e do então prefeito municipal Antônio Teixeira da Costa, ocorreu a sua fundação. Inicialmente funcionou integrando a rede estadual de ensino de Minas Gerais como anexo da Escola Estadual Leonina Mourthé de Araújo, no vizinho bairro São Benedito.

No ano seguinte ocorreu o desmembramento passando a ser designada Escola Estadual Gleba D e em seguida, através da Lei nº 8.469 de 23 de novembro de 1983, adquiriu nova denominação "Professora Síria Thébit" – em homenagem à jornalista manhuaçuense da extinta emissora belorizontina TV Itacolomy.

Nos anos seguintes a escola seguiu ofertando as quatro primeiras séries do ensino fundamental deixando de integrar a rede estadual em 1998, ano em que, a exemplo de centenas de escolas no país, várias escolas luzienses de ensino fundamental foram municipalizadas de acordo com a Resolução nº 8.966/98 passando a se chamar Escola Municipal Professora Síria Thébit.

No ano de 2002 a Instituição foi reconhecida com o Prêmio de Referência em Gestão Escolar a nível Estadual, devido à seriedade no desenvolvimento do trabalho administrativo-pedagógico.

A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2005, p.2)

Em 2003, na gestão do Prefeito Alberto Parrilo Calixto, a escola vivenciou uma reestruturação em seu aspecto físico. Passou a funcionar em um prédio novo, construído para atender a nova demanda da comunidade na qual está inserida.

A escola está situada na Rua José Sieiro Barreto, 274 Bairro Cristina B – Santa Luzia estado de Minas Gerais.

Em 2014, a escola conta com 67 funcionários para atender a 854 alunos, em três turnos e tem buscado a cada dia um fazer pedagógico que transforma, que valoriza a toda comunidade escolar, a qualidade da educação de forma transparente e democrática, propiciando um ambiente harmonioso e alegre.

Hoje, estamos trabalhando com 32 turmas no horário matutino e vespertino, atendendo alunos da Educação Infantil e do ensino fundamental em dois ciclos, sendo: primeiro ciclo (1º, 2º e 3ºanos), segundo ciclo (4º e 5ºanos). São alunos de famílias carentes, com pais de baixa escolaridade, alguns analfabetos e com poucos recursos financeiros. Oferecemos no período noturno a Educação de Jovens e adultos - EJA de 1ª a 4ª etapa – (1º Segmento), oportunizando aos alunos que frequentam essa modalidade, o acesso à escola e o direito de conclusão da escolaridade.

Pertencemos a Rede Municipal de Ensino de Santa Luzia, desenvolvemos um trabalho integrado ao Sistema Público de Ensino de Minas Gerais atendendo alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e EJA.

Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais... (AZEVEDO, 2005, p.38)

Atendemos uma comunidade de área periférica localizada no Bairro Cristina B, recebemos alunos das mediações como Palmital, Nova Conquista que são áreas, em sua maioria, com histórico de vulnerabilidade social, pouca estrutura econômica e em média, baixas escolaridade e renda familiar. Essas dificuldades possivelmente

podem interferir na qualidade da orientação dos filhos, quanto aos deveres de casa, estudos ou trabalhos escolares, visto que, parte significativa dos pais é praticamente analfabeta.

Nossos alunos, em sua maioria, são oriundos de comunidades periféricas e de grupos familiares que apresentam estruturas diversificadas que não oferecem o acompanhamento necessário aos alunos, sendo assim, são alunos que apresentam carências múltiplas nos âmbitos econômico e afetivo. Diante desse quadro, os alunos apresentam particularidades que interferem em seu desempenho no processo educacional.

Esses alunos precisam para além de habilidades cognitivas, mais que tais conteúdos venham permeados de afetividade, cuidado e atenção, favorecendo uma aprendizagem construtiva e coletiva. É imprescindível que eles se percebam e se sintam construtores de sua história.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

- Desenvolver uma escola preferencialmente livre, que privilegie o bom atendimento humano e a valorização do aluno como pessoa, num clima em que os docentes se sintam comprometidos pela sua própria felicidade e do grupo;
- Estimular o respeito a si próprio e ao outro como exercício de cidadania;
- Oferecer uma escola instigadora, experimentadora e construtora no campo pedagógico, exploradora das potencialidades que o progresso científico e tecnológico tem trazido a educação,
- Desenvolver no aluno a capacidade de apreender tendo como básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- Oportunizar situações que permitam o desenvolvimento das potencialidades do educando – respeitando as diferenças individuais – estimulando a iniciativa à criatividade, a autoconfiança, o espírito de solidariedade, promovendo para isso sessões de estudo, encontros e palestras que atendam as exigências das situações de ensino-aprendizagem;

- Despertar o sentido do patriotismo, da civilização humana, numa perspectiva crítica e real, onde o argumento seja aceito como pré-requisito para a compreensão plena dos valores da humanidade;
- Valorizar a cultura brasileira e suas diferentes formas de manifestações;
- Incentivar a preservação, a conservação e o aproveitamento dos recursos ambientais;
- Articular momentos de interação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- Promover meios para a recuperação de alunos com baixo rendimento;
- Informar aos pais e/ou responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, periodicamente, em datas, dias e horários estabelecidos pela escola e quando for necessário;
- Possibilitar a inclusão social e o desenvolvimento das capacidades de todos os alunos com deficiências.
- Instaurar na escola um ambiente propício ao respeito às diferenças e a valorização das diversidades, da história e das culturas que compõem nossas matrizes formativas em especial às contribuições indígenas e afro-brasileiras.

Acreditamos que a função social da escola é permitir ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir desse, a produção de novos conhecimentos. Além disso, preocupar-se com a formação de pessoas conscientes e participativas nas comunidades e sociedades.

Para que o trabalho pedagógico aconteça de maneira satisfatória é necessária uma organização que permita inculir nos alunos os valores culturais, morais, éticos e sociais com o intuito de despertar elementos da vida social envolvida nos conteúdos trabalhados. Portanto é imprescindível compreender que este aluno é um cidadão que deve se perceber como um agente transformador da sociedade, além de crítico responsável e participativo.

Em síntese, nossa missão é formar cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atura com competência e responsabilidade em que vive, pois temos a visão de ser referência em educação, desenvolvendo as capacidades necessárias para a participação social com o objetivo de educar para a vida.

1.1. Posição política, filosófica e social

A Escola Municipal "Professora Síria Thébit" se propõe a ministrar uma educação integradora dos aspectos psicossociais, sociais, políticos, afetivos e morais dos educandos expressadas na compreensão da realidade, no exercício de liberdade com responsabilidade, na convivência solidária, no serviço à sociedade e na prática das relações democráticas.

Nesse sentido, a escola pretende desenvolver uma educação voltada para a conquista da autonomia e do autoconhecimento, o que implica em fazer escolhas conscientes, assumir responsabilidades, comprometer-se com a concepção e realização das escolhas feitas. Significa conquistar a liberdade e o desafio de ser sujeito de sua história, consciente de suas limitações e responsabilidades.

A escola tem papel de destaque na formação de estudantes críticos e investigadores tendo como exemplo o envolvimento dos professores no decorrer do processo educacional, faz-se necessário, instrumentalizar o estudante para sistematicamente tratar a informação, formular problemas, levantar hipóteses, lidar com fontes, estabelecer o registro, analisar e produzir conclusões e posicionar-se criticamente diante da pesquisa.

Considerando ainda a importância da relação da criança e do jovem com o meio, é necessário que possuam progressivamente autoconfiança para adquirir conhecimentos, atitudes e habilidades que lhes permitam relacionar-se inventiva e criativamente com seu mundo e estender sua convivência a outros ambientes. É tarefa da educação ajudar a criança, o jovem e o adulto a construir sua personalidade e inteligência, ou seja, estimulando-os, sendo agente mediador entre o conhecimento e educando, proporcionando assim, com que este aluno atue de forma significativa na sociedade em que está inserido. Assim sendo, o processo educativo deve favorecer o desenvolvimento global, ampliando suas possibilidades de êxito no ensino fundamental.

1.2. Posição pedagógica

A educação dos tempos atuais requer um novo fazer pedagógico, assim como um homem novo: não mais o que repete, mas o que busca, que age, que faz.

Portanto, a educação que será oferecida em nossa escola irá mudar os paradigmas, permitindo que os estudantes produzam o seu próprio conhecimento, conquistando autonomia cognitiva e moral, instrumentalizando-os para compreenderem os acontecimentos, as relações sociais de forma reflexiva e crítica.

Seguindo nessa linha, o foco no desenvolvimento de habilidades dos estudantes passa pelo convívio ativo com os avanços científicos e tecnológicos, possibilitando o trânsito pelos conteúdos científicos de forma ativa e participativa. A metodologia será ativa, interativa, criativa, que privilegiará o coletivo, construindo princípios éticos, nos quais serão elaborados e vivenciados em sala de aula, partindo da atitude de respeito pelos estudantes, pelos seus interesses, ideias, sentimentos e valores.

A Escola Municipal "Professora Síria Thébit", pretende em sua metodologia, interagir com vários suportes textuais, trazendo à leitura o caráter de habilidade de sobrevivência, uma vez que a leitura de mundo e a leitura de textos ampliam o universo cultural favorecendo a interação social e desenvolvendo habilidades cognitivas, éticas e estéticas.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Professora Síria Thébit está situada num terreno em declive, totalmente abaixo do nível da Rua José Sieiro Barreto com projeção e visualização das suas instalações pela via paralela, Avenida Antônio de Pinho Tavares.

A arquitetura escolar aproveita o terreno com três blocos de dois pavimentos sendo o primeiro, implantado com um recuo médio de cinco metros da testada do terreno, construído um pouco mais alto que o bloco inferior ao qual se liga por um passadiço de alvenaria em rampa e escadas em forma de uma letra "H". Entre os blocos há uma arquibancada aproveitada para a hora cívica semanal que acontece coletivamente, toda quinta-feira pela manhã e sexta-feira no período da tarde sempre no início dos turnos e momento de recreação dos estudantes.

O primeiro pavimento está disposto uma sala de aula e completando o uso dos espaços com o piso térreo do primeiro bloco encontram-se a despensa, cozinha, refeitório e banheiros dos profissionais e alunos.

No segundo bloco abriga, no pavimento térreo fica a sala dos professores, supervisão, direção, xerografia, almoxarifado, instalações sanitárias, sala de recursos didáticos, oito salas de aula, laboratório de informática e secretaria, contando a última, com prático e seguro acesso ao atendimento externo em balcão por portão social independente. No terceiro pavimento em um bloco, estão dispostas mais seis salas e a biblioteca.

As instalações são completadas por quadra coberta, vestiários, estacionamento e área para recreação. A acessibilidade é garantida com rampas e um banheiro adaptado. A arborização é significativa na porção frontal do terreno e, principalmente, nos terrenos vizinhos com frente para a Avenida.

Quanto aos recursos físicos, o patrimônio escolar é composto por móveis sendo, 480 jogos de carteiras e cadeiras para alunos, 15 armários de aço, 10 mesas e 35 cadeiras de escritório e nove estantes de biblioteca. Contamos com salas de aula arejadas compostas com quadros e televisores e aparelho de DVD. Os recursos audiovisuais são complementados com um projetor Datashow, um retroprojetor, três aparelhos reprodutores de cd, uma caixa ativa portátil com microfone, um notebook, dezenove micros computadores e um scanner. Para a reprografia, possuímos uma máquina de Xerox, uma duplicadora, guilhotina e três impressoras. Nos corredores dispomos de dois bebedouros.

A instituição conta com laboratório de informática, que é utilizado para trabalhos com alunos que realizam atividades com jogos pedagógicos em consonâncias com as atividades trabalhadas em sala. O acesso à internet se dá pela secretaria escolar, onde toda escrituração é realizada através do SISLAME (Sistema para Administração e Controle Escolar).

A sala de recursos para estudantes com deficiências diversas está estruturada com materiais didáticos adequados como livros, jogos, brinquedos, materiais de consumo, móveis e formando um ambiente favorável ao atendimento demandados pelas intervenções individuais ou grupais com estudantes.

Em relação aos recursos humanos, a instituição conta com uma equipe de sessenta e quatro funcionários, muito diversificados tanto em termos de escolaridade e idade, quanto de tempo de serviço compondo o quadro da escola. Há servidores (as) com ensino básico completo e incompleto, passando por graduandos (as), estudantes de pós-graduação e pós-graduados (as).

Em geral, as graduações são em pedagogia, normal superior, letras, educação física e outras licenciaturas bem como professoras com nível médio na habilitação magistério (normal). Uma servidora é graduada em gestão de recursos humanos e outro possui nível técnico em informática. As áreas de pós-graduação mais recorrentes são psicopedagogia, educação ambiental, educação inclusiva, alfabetização e letramento, supervisão e gestão escolares.

Os cargos existentes na escola são os de auxiliar de serviços educacionais, assistente administrativo, secretária escolar, professores, eventuais e de apoio (acompanhantes), supervisão, vice-direção e direção. Desses servidores, registramos: 01 diretor, 02 vices diretoras, 03 supervisores, 02 auxiliares de secretaria, 05 profissionais de apoio, 40 professores, 09 auxiliares de serviços educacionais e 02 vigias noturnos.

Quanto aos recursos financeiros e suas aplicações podemos registrar que a escola recebe diferentes recursos. Sendo eles: PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. Esse se divide em custeio e capital, visto que capital, são bens permanentes e custeio compra referentes à papelaria, materiais para o aluno, materiais de apoio ao trabalho do professor, enfim, todo material consumível.

A escola recebe também, pela SME – Secretaria Municipal de Educação recursos para fins distintos, como: recursos para material de limpeza, recursos para pequenos reparos, recursos para material didático, entre outros que se fizer necessário, mediante apresentação de um relatório de necessidade.

Outra fonte de receitas se dá através das festas realizadas na escola, como festa junina, festa da família, festa da primavera, feiras de cultura, dentre outros eventos, contamos com uma pequena arrecadação, visto que o objetivo destes encontros é de teor pedagógico essa pequena arrecadação que é revertida às necessidades do momento como pequenos reparos, compra de materiais pedagógicos e outros gastos emergenciais.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

Para que os candidatos possam ingressar na Escola Municipal "Professora Síría Thébit" e se tornarem alunos efetivamente, precisa em primeiro lugar ter a vaga para essa criança sendo ela da região ou mediações, a criança só consegue ser matriculada pela mãe ou pai ou responsável legal, e caso seja transferido vindo de outra localidade tem que apresentar no ato da matrícula declaração de transferência/histórico, comprovante de residência, certidão de nascimento e apenas para a Educação Infantil que precisa apresentar cartão de Vacina.

Toda matrícula acontecerá de acordo com o Calendário Escolar sendo que a mesma deverá ser divulgada para toda comunidade via faixas, bilhetes, folder e outros meios de comunicação que se fizerem necessários, observando sempre as exigências legais.

Cabe à instituição se adequar para atender a demanda escolar, incentivar a matrícula e a permanência do aluno na escola.

Em união com Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria Municipal de Educação acontece o Cadastro Escolar que tem como principal objetivo encaminhar os candidatos ao Ensino Fundamental e ou Educação Infantil, sendo as escolas os polos para o cadastramento, para que esse candidato tenha seu direito à vaga garantido em qualquer instituição da Rede municipal de Educação para o ano subsequente.

Após efetivação das matrículas dos alunos, os alunos fazem uma avaliação diagnóstica para que a supervisão pedagógica identifique as habilidades que se encontram adquiridas ou não, considerando a hipótese silábica apresentada por eles nesse momento.

Aos alunos que já fazem parte do quadro escolar no último conselho de classe são feitas análises da aprendizagem tendo como base as evidencias que são atividades realizadas no decorrer do trimestre com o objetivo de compilar dados referentes aos avanços ou defasagem das turmas de modo geral, que são arquivadas em pastas tanto na sala de aula (realizadas pelas professoras) quanto pelas supervisoras, considerando o nível de aproveitamento desses, sendo, portanto eficaz na enturmação, por grau de instrução e para que não se tenha a sala "problema", os alunos que são considerados indisciplinados são distribuídos entre

todas as salas do ano de escolaridade que atende aquela criança, sendo realizado a todo tempo acompanhamento e intervenção pedagógica, visando tirar o aluno do nível em que se encontra, objetivando garantir sua aprendizagem.

A enturmação do primeiro ciclo é realizada considerando os níveis de escrita dos alunos, aproximação dos mesmos no que se refere à alfabetização/letramento e considerando a hipótese silábica, os conhecimentos Matemáticos e a da Língua Portuguesa, após realização de avaliação diagnóstica, passando por adaptações nos primeiros dias, atendendo a demanda do aluno e das turmas com o intuito de não engessar a turma em seu perfil.

Na Escola Municipal “Professora Síria Thébit” os alunos são organizados da seguinte forma: duas turmas de Educação Infantil com o máximo de 22 alunos, no Ensino Fundamental no primeiro ciclo há 16 turmas sendo 5 turmas do 1º ano/9, 5 turmas do 2º ano/9 e 6 turmas do 3º ano/9, com o máximo de 32 alunos por sala. No segundo ciclo contamos com 12 turmas sendo seis turmas do 4º ano/9 e 6 turmas do 5º ano/9 com o máximo de 35 alunos por sala, é priorizado atendimento individual, com o intuito de desenvolver melhor o trabalho e garantir a eficácia no processo educacional.

As reuniões pedagógicas na rede municipal de ensino são extremamente importantes, por se tratar de um momento de troca de experiências entre os professores e estudo de textos referentes a demandas do dia a dia.

Essas reuniões são realizadas de acordo com o calendário previsto pela SME - Secretaria Municipal de Educação, onde todas as vinte e seis escolas da Rede municipal se encontram quinzenalmente. Para que tais reuniões aconteçam, os alunos são dispensados dos estudos duas horas antes do horário normal de aula, nessas datas as aulas são reduzidas e compensadas com atividades de reposição de carga horária.

Também há as reuniões com a comunidade escolar. Essas acontecem no início do ano letivo (informativa), outras reuniões trimestrais para repasse de resultado referente ao aproveitamento do educando durante o processo de ensino e atendimentos individualizados, quando necessário, são agendados também com os professores.

Para assegurar a qualidade da educação nessa instituição, no planejamento pedagógico, prioriza-se a percepção das demandas das turmas, com o objetivo de planejar toda e qualquer ação que são realizadas no decorrer do processo, logo as aulas são elaboradas dentro dos conteúdos propostos para o trimestre em questão, tendo claro quais habilidades os alunos precisam consolidar para garantir a eficácia no processo educacional e o desenvolvimento esperado para tal período.

O trabalho é desenvolvido com elaboração de planejamentos macro (anual) e micro (trimestral) tendo como base para sua elaboração as Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tais planejamentos são elaborados pelos professores de acordo com os conteúdos a serem contemplados no trimestre.

A cada fechamento de trimestre os planejamentos são analisados e de acordo com o que foi ou não consolidado são reelaborados, contemplando outras capacidades/habilidades e retomando as que ainda não foram garantidas, essências para uma educação de qualidade. Todo esse processo é verificado e orientado pelas supervisoras da escola em reuniões pedagógicas ou momento de Atendimento Pedagógico que acontece durante as aulas de Educação Física uma vez por semana.

3 - CURRÍCULO

O currículo é uma das partes mais importantes do trabalho realizado na escola, pois envolve a diversidade de experiências formativas de ensino e aprendizagem, planejadas, executadas e avaliadas pela equipe pedagógica preferencialmente com a inclusão da família que tem participação ativa no processo educacional dos filhos sem falar na inclusão dos alunos nesse processo.

O currículo vai além da compreensão mais comum associada exclusivamente às disciplinas/matérias tradicionais, abrangendo o fazer escolar cotidiano, nos tipos de atividades, critérios de avaliações e intervenções, ao longo do ano e em torno também de datas e/ou semanas especiais, por exemplo, Semana do Meio Ambiente, Dia da Água, Aniversário da Cidade e outras temáticas especiais.

Os conteúdos possuem uma base comum obrigatória com conhecimentos mínimos indispensáveis à prática da vida cidadã determinada pela União, que possui

seguimento nas outras instâncias públicas de políticas educacionais como secretarias estaduais e municipais. Tal base está expressa no artigo 26 da LDB (Leis de Diretrizes e Bases), inciso 1º: "Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil." (BRASIL, 1996, p. 11)

Nas concepções curriculares há espaço para a chamada parte diversificada, também obrigatória, que traz conhecimentos de interesse regional e local com foco nas realidades locais em suas especificidades, aspectos comuns a outros contextos e/ou universais. Nas ações e deliberações dos conselhos educacionais, como, por exemplo, no segundo artigo do Decreto 35.503 de 30 de março de 1994, ao regulamentar o funcionamento do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG) consta a atribuição abaixo que reforça tal necessidade: "indicar as matérias dentre as quais cada estabelecimento pode escolher as que devam constituir a parte diversificada do currículo". (MINAS GERAIS, 1994, p. 02)

No parecer orientador sobre a organização dos sistemas municipais de ensino, a relatora Glaura Vasques de Miranda, conselheira do CEE-MG, publicado em 29 de maio de 1998 no Minas Gerais aponta:

Ao se pensar em sistemas municipais de educação, articulados e coerentes, duas exigências do mundo contemporâneo devem ser consideradas. Uma delas refere-se ao fenômeno da globalização (...) bem como ter participação na vida nacional e acontecimentos internacionais nas suas atividades políticas, culturais e econômicas. Essa exigência orienta a organização da educação nacional, atribuindo ao Conselho Nacional de Educação a competência para elaboração de normas educacionais comuns a todos os Estados da Federação e seus Municípios, bem como fundamenta a constituição de uma base curricular capaz de garantir essa unidade nacional. (MINAS GERAIS, 1998, p.3)

A concepção de currículo da Escola Municipal Professora Sírnia Thébit é um documento dinamicamente construído e reconstruído coletivamente, atualizável, flexível e monitorado para estabelecer estratégias de trabalho que melhor atendam os objetivos educativos.

A sala de aula constitui o lugar privilegiado, contudo não é o único, para o estabelecimento de relações de ensino e aprendizagem de habilidades e competências necessárias à vida, sendo essenciais outros espaços escolares tais

como biblioteca, cantina, corredores, quadra, salas de recursos e informática, bem como os não escolares como equipamentos culturais (museus, galerias, centros culturais, parques, áreas de preservação), praças, ruas, paisagens e outros espaços públicos e, por fim, nos recursos virtuais digitais (internet, softwares, redes sociais e outros), passíveis de apropriações didáticas com finalidade de construção de conhecimentos.

A Escola Municipal Síria Thébit elege como conteúdos da parte diversificada de especial importância: dinâmica populacional e migratória para a cidade; cultura de paz e prevenção ao bullying; educação ambiental e sustentabilidade; diversidades culturais, corpóreas e afetivas; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em atendimento à lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 (em alteração às leis 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996); História Local e Educação Patrimonial, sendo as três últimas reforçadas como metas do Plano Municipal de Cultura de Santa Luzia (período 2013-2022) aprovado pela Lei nº 3.342 de 15 de Abril de 2013 em consonância com o Plano Nacional de Cultura.

A instituição possui oferta de Educação de Jovens e Adultos através do currículo tradicional que acelera a progressão de série a cada seis meses. As experiências, saberes, fazeres e contextos socioculturais pregressos e em curso dos estudantes são considerados e valorizados como meio de promover aprendizagens mais significativas que reforcem a importância dos conteúdos para a formação geral.

A escola Síria Thébit desenvolve projetos no decorrer do ano que visam envolver os alunos no que se refere aos cuidados com o corpo, a cultura, ao conhecimento de si e outros. Logo são desenvolvidos os seguintes projetos: Projeto Semana de Educação para Vida, Projeto Festa Junina, Projeto Copa do Mundo, Projeto Identidade, Projeto Eu e minha Escola, Projeto Vivenciando a aprendizagem através da Música, Projeto Figurinhas de Leitura, Projeto Era Uma Vez.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar é elemento fundamental para a organização do trabalho pedagógico. Ordenado pelo calendário escolar, discutido e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, fixa o início e o fim do ano escolar, prevê os

dias letivos, recessos, férias, divisão em trimestres, feriados cívicos e religiosos, momento reservados para a avaliação tanto estudantil quanto da equipe pedagógica, reuniões técnicas, assembleias dos colegiados, datas de reflexão, vivência cultural e/ou sociabilidade como Dia da Consciência Negra, Festa da Família, Festa Junina dentre outras.

A Escola Municipal Professora Síría Thébit oferta a educação infantil e ensino fundamental nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O tempo escolar está organizado em dois ciclos, o primeiro, incluindo do 1º ao 3º anos e o segundo, o 4º e 5º ano. As 32 turmas estão distribuídas nos turnos manhã e tarde, respectivamente com entrada/saída, das 07h00min às 11h20min e das 13h00min às 17h20min.

A EJA funciona no turno noite, 1º segmento 1ª a 4ª etapas, com o objetivo de contribuir para a reflexão e discussão sobre o que os estudantes precisam aprender, relativamente em cada área do conhecimento, subsidiando o processo de seleção e organização de conteúdos, competências e habilidades ao longo dos ciclos a serem consolidadas, oportunizando aos alunos que frequentam esta modalidade, o acesso à escola e o direito de conclusão da escolaridade.

Ao matricular-se, o aluno responde a um conjunto de questões, previamente organizadas pela direção e equipe pedagógica, com o intuito de apontar quais os desejos, anseios e preocupações que estes jovens e adultos têm ao retornar aos bancos escolares.

O calendário Escolar cumpre o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantindo o mínimo de 800 horas aula distribuídas em duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar.

Os espaços da escola são divididos em três pavimentos com escadaria e rampa para acesso ao primeiro pavimento, sendo que para realização das atividades são disponibilizadas quinze salas de aula, quadra coberta, dois pátios para atividades dinâmicas e diversificadas, bem como laboratório de informática, biblioteca para escolha e empréstimo de livros diversos com acessos mediados pela bibliotecária, sala recursos multifuncional com Atendimento Educacional Especializado a alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma deficiência leve ou mais agressiva, que no decorrer dos dias são ocupados de

acordo com os horários de aula previamente discutidos, analisados e elaborados para maior aproveitamento de todos os espaços disponíveis.

Todo trabalho pedagógico é voltado para assegurar a qualidade da educação oferecida aos alunos através de orientações, monitoramento do desenvolvimento das atividades no processo ensino-aprendizagem, para garantir a execução efetiva dos planejamentos e o alcance dos objetivos propostos em cada trimestre de maneira adequada. Sendo assim:

(...) não basta à criança estar em um espaço organizado de modo a desafiar suas competências; é preciso que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intencionalmente”. Isso quer dizer que essas vivências, na realidade, estruturam-se em uma rede de relações e expressam-se em papéis que a crianças desempenham em um contexto no qual os móveis, os materiais, os rituais de rotina, a professora e a vida das crianças fora da escola interferem nessas vivências (Rossetti-Ferreira, 1999, appud. HORN, 2004, p. 15)

A coordenação pedagógica realiza atendimentos individuais aos professores que, uma vez por semana, utilizam de uma aula de Educação Física, para recebimento e discussão de orientações e direcionamento pedagógico enquanto a turma se dedica às atividades corporais. Todo trabalho é registrado em um quadro de intervenção, atendimento e observação das aulas do professor regente bem como em planilhas, consideradas relevantes. A outra aula de Educação Física é utilizada para elaboração de planejamentos

Para cumprir sua função social, a instituição incentiva e valoriza a participação dos pais, responsáveis e comunidade no acompanhamento individualizado do desempenho estudantil bem como nos momentos coletivos, ações solidárias, projetos e eventos dentre outros. O atendimento individualizado, seja pelo (a) professor (a), supervisor (a) ou diretor (a) se dá, preferencialmente, via agendamento prévio, salvo situações urgentes cuja excepcionalidade e importância não possam ser adiadas.

Na escola os estudantes tem acesso a todos os ambientes, porém, precisam sempre ser monitorados para evitar alguma eventualidade, todos os professores utilizam os horários de aula que seguem a grade curricular, as atividades são realizadas tanto dentro das salas de aula como em espaços como pátios externos, quadra, estacionamento que é muito grande com um bom espaço para realização de

atividades como soltar pipas, pular cordas e tantas outras realizadas pelas professoras regentes e de Educação Física.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal “Professora Síria Thébit” vem fortalecendo sua autonomia através do Conselho Escolar que é um instrumento das decisões das rotinas escolares, criando condições e espaços favoráveis para esse momento, como planejamento participativo, seminários, encontros, reuniões e assembleias. As reuniões do Conselho Escolar ocorrem duas vezes ao ano e extraordinariamente quando for necessário. Quanto mais sujeitos diversificados participam dos processos decisórios, maiores são as chances de acertar.

Na Escola Municipal Síria Thébit, seguindo os preceitos da gestão pública transparente e democrática, a atual gestão escolar busca sempre estabelecer o diálogo franco com todos os segmentos da comunidade escolar.

A diversidade de opiniões, concepções e experiências é levada em conta pela gestão na tomada de decisões cujos resultados e ações práticas, são repassadas à comunidade escolar e a todos os interessados as questões tanto no âmbito pedagógico como administrativo. Como instâncias deliberativas e fiscalizadoras que contribuem para o fazer educativo, temos o Conselho Escolar, com os diversos representantes da escola e comunidade assim como no Conselho Fiscal.

Todo trabalho desenvolvido pela gestão, supervisão e docentes é repassado via reunião pedagógica, na reunião do Conselho Escolar bem como via caderno de repasses administrativos, instrumento de registro que fica arquivado na instituição. Assim, trabalhamos na construção coletiva de uma cultura escolar participativa através da divisão da responsabilidade dos fazeres escolares entre a comunidade escolar e os membros do Conselho. A escola ainda não conta com Grêmios Estudantil, nem com Associação de Pais.

O Conselho Escolar é um grande parceiro da administração. Ele é composto por três representantes de pais e seus suplentes, três representantes efetivos sendo integrado por: professores, servidores técnico-administrativos e pedagógico-

administrativos, bem como os seus respectivos suplentes, sendo presidido pelo diretor escolar.

Esse conselho tem como objetivo fortalecer as tomadas de decisões dos professores e diretor frente a algum conflito. É necessário que se busque aproximar os pais para juntos decidir, o que é melhor para o desempenho escolar dos alunos.

Outro processo de avaliação é o Conselho de Classe que faz com que os professores tenham olhar atento em todo o processo, com observação efetiva, processual que possibilita mudanças de estratégias para melhor atender as demandas de todos os alunos. A coordenação pedagógica constrói com o grupo mecanismos para que os professores participem do conselho com qualidade e embasamento através dos registros individuais coletados durante o trimestre. .

A escola dispõe ainda de uma forma diferenciada de Conselho, na qual são tomadas algumas decisões para a busca de melhorias e resultados de nossos alunos, refletindo e repensando a prática pedagógica.

O Conselho de Classe na escola foi determinado pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, através da coordenação Pedagógica, com datas pré-estabelecidas acontecendo da seguinte forma: o primeiro no início do ano realizado com objetivo de analisar criteriosamente os resultados das diagnósticas iniciais e elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

O segundo fechamento de trimestre, o terceiro encontro para elaboração em equipe das Propostas de Intervenção Pedagógica, o quarto e quinto, os Conselhos que também são realizados com objetivo de fechamento de cada trimestre onde analisamos juntos às atividades propostas e os conceitos obtidos no decorrer do trimestre, sendo que prevalecem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Temos ainda o Conselho Fiscal que faz parte da estrutura deliberativa da escola é feita em assembleia, escolhidos através de eleição dos seus membros, registrado em cartório, com duração de dois anos de mandato. É composto pelos membros da diretoria, sendo um presidente, tesoureiro e seu suplente, secretário e seu suplente e três membros efetivos (funcionários da escola) e três suplementares (pais de alunos ou responsáveis e pessoas da comunidade, associadas da caixa Escolar). Sua função é analisar as pastas de prestações de conta da escola e também acompanhar as verbas concedidas para os programas PDDE (Programa

Dinheiro Direto na Escola).

Quanto às atribuições do Conselho Escolar, DOURADO aponta que:

(...) o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades e dos objetivos. Deve discutir como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançá-los, como e onde as verbas recebidas pela escola serão aplicadas e o que pode ser feito para alocação de novas verbas. (DOURADO, 2010, p. 2)

A escola busca propiciar parcerias entre todos os segmentos. Não predomina nessa instituição a relação hierárquica de mando. Todas as decisões são discutidas entre os envolvidos no processo, prevalecendo à decisão da maioria. Portanto, as relações de poder são circulares nesse ambiente escolar.

Em relação aos processos de decisão que envolvem órgãos externos, a escola ainda não possui poder de decisão em algumas questões. Grande parte das decisões passam pelo crivo da Secretaria Municipal de Educação. DOURADO sinaliza que:

a luta travada entre educadores e governo, no âmbito das políticas educacionais, vai ao sentido de que o processo de descentralização se efetive de fato não só no campo das obrigações, mas que os atores sociais envolvidos com as questões educacionais possam participar das discussões e decisões referentes ao planejamento e controle dos projetos a serem desenvolvidos na educação. (DOURADO, 2010, p.7)

Portanto muito se tem progredido no processo de decisão na escola para que a mesma seja democrática e participativa, para tanto é necessário que todos os segmentos caminhem em prol de sua realização.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal “Professora Síria Thébit” em suas relações de trabalho tem como objetivo favorecer as interações pautadas no diálogo, na solução de problemas e mediação de conflitos.

Para Luchessi, o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador. Salienta a autora:

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior dessa instituição... Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para o poder ocorrer o que vem se tornando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão. (LUCKESI, 1998, p. 233 e 234)

Na escola existe uma relação entre os segmentos. Os professores, supervisores e direção, articulam análises dos processos pedagógicos e administrativos em reuniões pedagógicas, e levam ao conhecimento do Conselho Escolar para juntos decidirem o melhor para a comunidade escolar. Existe uma relação amistosa no espaço escolar visando à formação dos sujeitos críticos e participativos, pautados pela solidariedade.

As relações interpessoais acontecem cotidianamente sejam entre os estudantes, crianças e adultos ou entre os adultos que trabalham na comunidade escolar. Os conflitos são encaminhados à direção escolar. A escola possui um regimento escolar e muitas situações são resolvidas a partir de parâmetros indicados nesse documento.

As relações de trabalho na escola estão pautadas a partir do conhecimento de si, se amar, se respeitar, confiar e acreditar em si mesmo, capacidade de criar e ousadia de SER. É também conhecer o outro, respeitá-lo, conviver com o diferente, tomar consciência das próprias limitações e as do outro. Enfim, respeitar e ser respeitado, gerenciar conflitos e buscar soluções. A construção das relações sociais acontece no dia-a-dia, na repetição, na coerência, na persistência.

A Escola Municipal "Professora Síría Thébit" visa promover uma educação integral ao aluno através da formação e aprimoramento cultural, sócio afetivo, cívico, moral , inspirada nos ideais de liberdade com responsabilidade, no respeito dos direitos individuais e coletivos do cidadão, da família, dos grupos e da comunidade. O ato de educar será caracteristicamente dialógico, planejado para alcançar o desenvolvimento das habilidades do aluno e, ao mesmo tempo, tratá-lo como sujeito, com o qual se interage na construção do conhecimento, educando para a vida.

Em qualquer ambiente de trabalho as funções são definidas de acordo com os papéis que cada um exerce, sendo de suma importância o trabalho baseado na

qualidade e não na quantidade, logo se percebe que desenvolver um bom trabalho tem sua raiz pautada no coletivo no trabalho em equipe, parte de uma construção democrática, competente e de responsabilidade social.

Neste sentido, em nossa escola também não é diferente, para cada ator escolar é definida uma função, que é aliada às outras funções, como por exemplo, um aluno com dificuldade de aprendizagem é de responsabilidade de todos, não somente do ator principal que é o professor, mas sim, de toda a equipe técnica pedagógica e administrativa, visto que, o não apreender envolve questões que vão além das fronteiras pedagógicas.

A escola está localizada próximo de território periférico com comunidade bastante diversificada, logo existem famílias envolvidas com o cotidiano e com a vida escolar dos filhos, como famílias que não comparecem na instituição durante todo processo.

A comunidade ativa se pronuncia satisfeita com o trabalho que está sendo desenvolvido na escola e buscamos através de pesquisa de satisfação ter um feedback de modo geral da comunidade assistida, nos colocamos a disposição das famílias, a escola fica aberta ao público no decorrer da semana incluindo sábados e domingos para atividades esportivas dos jovens da comunidade em parcerias.

Na maioria das vezes a relação entre aluno-aluno, professor-aluno, é de muito respeito, e observado no dia a dia uma minoria que foge as regras de boa convivência e sempre se trata todo e qualquer problema desse teor com muita orientação, diálogo e se necessário busca-se o apoio da família com o intuito de não deixar que cresça esse tipo de comportamento. Toda situação de indisciplina é resolvida com as vice-diretoras que tomam todas as providências cabíveis para os casos específicos.

É justamente a partir dessas relações de ensino e aprendizagem, permeadas pela sensibilidade às especificidades cognitivas, sociais, comportamentais e familiares dos estudantes e suas famílias, tratadas com apoio da supervisão pedagógica, que o professor observa seus alunos, suas conquistas e dificuldades, percebe e participa ao aluno como corresponsável pelo cotidiano no ambiente escolar.

O ambiente de sala de aula é visto como um espaço de aprendizagem de

construção do conhecimento troca de experiências e descobertas simples ou complexas, buscando quando necessário valorizar a contribuição dos alunos ou quebrando paradigmas trazidos que refletem a realidade vivenciada.

Como em qualquer outra escola, a nossa, não está isenta de situações de conflitos, (entre aluno-aluno, professor-professor, professor-gestão). Há problemas que surgem no dia a dia, como conflitos entre auxiliares de serviços educacionais dentro dos espaços para limpar, uso do material ou algum erro no percurso dos afazeres.

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2010, p.46)

A gestão vigente na Escola Municipal "Professora Síria Thébit" tem procurado trabalhar de forma democrática, contando com a colaboração da comunidade escolar na maioria das situações cotidianas, usando a coletividade de olhares no processo de tomadas de decisões, levando para o grupo a discussão de assuntos recebidos da Secretaria da Educação, também partilhado com o Conselho Escolar.

Realmente fazer democracia no ambiente escolar não é fácil, trabalhar com cunho coletivo e de forma descentralizada é desafiador e requer determinação e acima de tudo desprendimento por parte do Gestor.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do aproveitamento do aluno é feita de forma contínua e global, através das atividades de verificação das habilidades e competências de aprendizagem e uso dos conhecimentos em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela.

A avaliação do aproveitamento do aluno será atribuída pelo professor, durante o Conselho de Classe, indicada pelos registros do dia-a-dia através do diário de turma e caderno de campo, consolidando os desempenhos individuais e coletivos da turma através de conceitos baseados nas indicações dos parâmetros avaliativos

elaborados pela equipe pedagógica da escola bem como o uso dos parâmetros para atribuição de conceitos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Durante o processo de ensino e aprendizagem são escolhidos trechos de produções de textos, palavras, frases ou reflexões dos estudantes sem a intervenção ou direcionamento das suas docentes. O material é catalogado para realizar o diagnóstico e comparações de resultados junto aos crivos definidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação) indicando níveis de qualidade de coerência, coesão, domínio ortográfico e fruição da escrita em geral, enquanto em matemática, a análise fica nas atividades referentes as quatro operações e resolução de situações-problema.

A avaliação dos estudantes ocorre continuamente durante todo o processo pedagógico em periodicidade diária, através de atividades cotidianas como leitura, produção de textos, oficinas e experiências, quinzenal, mensal e trimestral além de avaliações externas governamentais.

Na composição dos conceitos avaliativos há preocupação com todos aspectos do estudante, em especial, a assiduidade e pontualidade dos alunos, pois, segundo o Regimento Escolar Municipal na Seção 1, artigos 86º, 87º e 88º, é obrigatória a apuração diária da frequência, sendo exigida o mínima de 75% de presença da carga horária anual. O estudante que falta a cinco aulas consecutivas ou dez alternadas durante um mês está enquadrado como infrequente. Nessa situação há notificação pela escola junto à família e, persistindo a situação, recorre-se às autoridades competentes.

O planejamento das aulas e atividades a serem executadas pelos professores é acompanhado pelo supervisor pedagógico, sempre levando em conta o nível de desenvolvimento, escrita e amadurecimento estudantil.

Quanto ao diagnóstico de leitura verifica-se a leitura oral de diferentes portadores de textos (registro em ficha própria) tanto professores, quanto as supervisoras, que realizam esse trabalho de apreciação uma vez por semestre e após ser compilado, o resultado são repassados aos professores e a SME para análise com o objetivo de aprimorar as estratégias em sala referentes ao processo de leitura. Este item é trabalhado ao longo do processo, segundo a organização de cada professor tendo como fundamento teórico as Diretrizes Curriculares.

Na busca de melhorias dos níveis de letramento e alfabetização são realizadas diferentes técnicas de produção de texto a partir também de gravuras, dobraduras, charge, poesia, músicas, textos de opinião, produções de textos livres, comentários sobre filmes ou fatos cotidianos, paródias, resumos e resenhas. São realizadas também oficinas e experiências de leitura, ortografia, teatro, jogos, artes, saúde, experimentos (teorias comprovadas na prática) dentre outras, preferencialmente envolvendo todas as disciplinas.

Os conceitos são atribuídos aos alunos tendo como parâmetro o desempenho do mesmo no processo educacional em relação ao que foi consolidado e garantido no decorrer do trimestre. Cada professor baseia-se nas capacidades/habilidades apreendidas dentro dos conteúdos trabalhados e o grau de aproveitamento de cada aluno atendido, a partir das Diretrizes Curriculares.

Sendo assim podemos considerar que o aluno que atingiu os objetivos de aprendizagem de maneira bastante satisfatória conquista o conceito A, esse atingiu 90% á 100% das capacidades estabelecidas para o ano em que se encontra.

Abaixo de 90% de aproveitamento no total das atividades são atribuídos progressivamente conceitos B e C com piso mínimo de 60% da nota. Desempenhos inferiores a 60%, através dos conceitos D e E requerem intervenção pedagógica imediata para buscar o avanço no rumo da consolidação das habilidades e competências de aprendizagem.

As avaliações mensais e trimestrais são elaboradas pelos professores regentes tendo como base o que foi planejado no trimestre e de acordo com as matrizes de referência que, após elaboradas são analisadas pelas supervisoras e autorizadas para aplicação, se não houver nenhuma observação para reparo.

Em cada trimestre o aluno é avaliado em 100% de seu rendimento, sendo distribuídos nas avaliações mensais, trimestrais e externas, trabalhos, cadernos com atividades realizadas de maneira responsável, para casa e comprometimento do aluno.

A avaliação ocorre naturalmente em nosso cotidiano e, sendo assim, ela pode adquirir no contexto escolar uma perspectiva apropriada aos princípios educativos, o que significa dizer que avaliar na escola precisa ser uma prática condizente com a própria função da escola, a qual certamente não é a de expulsar muitos de seu interior e, muito menos de manter dentro dela esses muitos sem perspectiva de avanços. (PEREIRA, 2012, p.3)

A equipe pedagógica realiza quinzenalmente atividades diagnósticas referentes à apropriação da hipótese escrita e ortográfica para realização de compilado como processo de verificação da aprendizagem por parte dos alunos. Também a cada semestre é realizado um simulado em toda a escola por parte das supervisoras para verificar como estão os processos de ensino e aprendizagem e o que pode ser feito a partir do resultado adquirido. Todo resultado é compilado e repassado aos professores no momento do atendimento individual que ocorre durante as aulas de Educação Física.

A Secretaria Municipal de Educação também avalia os alunos uma vez ao ano para acompanhar os processos de aprendizagem da instituição, essa avaliação é realizada por ano de escolaridade tendo como foco as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a aplicação e compilação ficam por conta das supervisoras e após isso, a coordenadora pedagógica retorna a escola para juntamente com as supervisoras analisarem os resultados e criarem estratégias a cerca do que foi observado, para melhorar o processo ou avançar.

O professor deve através da avaliação, atribuir de maneira criteriosa, o conceito que melhor expresse a situação de cada aluno, além de ser objetivo no julgamento e justo na decisão quanto à aprovação ou reprovação.

Assim, ao planejar as situações de ensino, o professor deverá elaborar propostas coerentes com os critérios já definidos, o que permitirá acompanhar o grupo e cada estudante em relação à aprendizagem que se quer viabilizar. Com a ajuda desses instrumentos, poderá também avaliar o que foi previsto e promover ajustes no ensino, a fim de garantir que os estudantes sigam aprendendo o conteúdo ensinado e de planejar ações específicas àqueles que encontraram dificuldade para compreendê-lo.

A avaliação é, portanto, intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem. Essa condução do processo avaliativo permitirá ao estudante, dentro das ferramentas de percepção condizente ao seu nível cognitivo, saber o que é esperado dele e o que precisa fazer para consolidar o conteúdo trabalhado.

Na Escola Municipal “Professora Síria Thébit” as avaliações externas são PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização) que verifica os níveis de aprendizagem em alfabetização alcançados pelos alunos do 3º e 4º anos do Ensino

Fundamental, o PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica) é um programa de avaliação, que, como é o caso dessa instituição, avalia os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, ambos são programas da Rede Pública.

Ocorre também a Prova Brasil, obrigatória para todos os estudantes de 5º e 9º anos de escolas públicas e tem como objetivo principal promover através dos resultados alcançados um diagnóstico da situação do ensino no país. Através dos resultados calcula-se o IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) e também visa nortear decisões administrativas e pedagógicas nas escolas.

A cada semestre acontece também na Escola Municipal "Professora Síría Thébit", assim como em outras escolas públicas, a Provinha Brasil que avalia alunos do 2º ano do Ensino Fundamental e visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática.

Após a aplicação da Provinha Brasil, a supervisora que acompanha as turmas do 2º ano compila o resultado que é repassado a SME e também para as professoras e, diante disso, toda equipe tanto pedagógica quanto administrativa da escola, buscam estratégias para ajudar os alunos que por algum motivo ainda não consolidaram as capacidades para o ano em questão com o intuito de assegurar a aprendizagem e garantir a qualidade da educação.

Durante todo ano são desenvolvidas estratégias para que os alunos que apresentam defasagem possam avançar: são realizados atendimentos diferenciados pelas professoras eventuais, supervisoras, sem falar nas Intervenções/recuperações paralelas que todos os professores desenvolvem no período das aulas de informática que atende. Quinzenalmente, metade da turma, para que a outra metade participe desse processo de reforço/recuperação.

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (SOUSA, 1995, p. 63).

Para atender os alunos com baixo desempenho temos na escola PROADE (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Educando) cuja finalidade é assegurar o aprendizado aos alunos que ainda não consolidaram as habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática, que acontece nos dois turnos atendendo os alunos em contra turno, com atividades diversas e diferenciadas com grupos de atendimento referente às dificuldades apresentadas, com professores capacitados para esse fim.

O foco principal da escola é a alfabetização, a recuperação dos alunos que apresentam defasagem, sem deixar de oferecer base para os demais e assegurar a qualidade no aprendizado, buscando formar bem cada aluno em seu potencial.

A instituição busca sempre avaliar tanto os alunos quanto todo trabalho desenvolvido e quando é detectado algum problema que sai da esfera do pedagógico pedimos auxílio clínico orientando as famílias a procurarem seus direitos.

Os professores regentes, apoio e intérprete, auxiliares de serviços educacionais, auxiliares de secretaria, supervisores, passam por avaliação de desempenho duas vezes por ano acontecendo sempre ao final de cada semestre, sendo essa avaliação realizada tanto com os efetivos quanto com os contratados.

Além da avaliação de desempenho os profissionais que estão em período probatório realizam também a Avaliação do Probatório que ocorre também duas vezes no ano a cada final de semestre. A diretora, vice-diretores e supervisoras passam por avaliação na Secretaria de Educação pelas coordenadoras e secretária interina de educação.

Vale ressaltar ainda que a Escola Municipal “Professora Síria Thébit tem seu trabalho avaliado pela comunidade no início do ano letivo e ao longo do mesmo e sempre que acontece algum evento ou atividade extracurricular com participação ativa de toda comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é documento indispensável em todo processo na área educacional por se tratar da identidade da escola, onde todo fazer administrativo e principalmente pedagógico está inserido. É, portanto um documento de análise, reflexivo das práticas e ações no decorrer de todo ano escolar, pois possui dados atuais, porém flexíveis, uma vez que a instituição está em constante movimento.

Esse movimento implica em periódicas atualizações e novas atuações de acordo com as mudanças inseridas direta ou indiretamente na escola ou em seu entorno. Por exemplo, ao incluir uma nova modalidade de ensino como a dos últimos anos do ensino fundamental, vários aspectos da dinâmica educativa, dos processos decisórios, arquitetura escolar, gestão de pessoas, recursos materiais dentre outros, necessariamente serão redimensionados.

O Projeto Político Pedagógico só será realmente significativo se baseado na coletividade, na participação ativa de todos os envolvidos no processo tais como: Conselho Escolar que é importantíssimo por se tratar da representação dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar em parceria com as famílias e alunos, buscando todos juntos oferecer aos docentes uma educação de qualidade.

Para que a escola caminhe de maneira correta, com objetivos coletivos, viáveis, executada de forma descentralizada, dando voz e vez a multiplicidade de ideologias e experiências humanas, faz-se necessário que o trabalho desenvolvido pelo gestor seja democrático, transparente e que o mesmo participe a toda comunidade escolar as reais demandas dos alunos tanto no que se refere ao desenvolvimento no processo formativo, intervenção pedagógica, atendimento diferenciado, quanto na questão da indisciplina, baixo desempenho e evasão escolar.

A transparência e ampla divulgação dos indicadores escolares externos (avaliações governamentais) e internos é fundamental para a avaliação contínua das ações escolares assim como a busca de novas parcerias com outras esferas públicas de poder e ações do terceiro setor (ONG's, fundações).

É importante também ter os pés no chão, planejar metas executáveis a curto, médio e longo prazo sem negar ou perder de vista como a temporalidade das conjunturas políticas, institucionais, escolares e do próprio amadurecimento das ideias e práticas (GADOTTI, 2001, p.8) podem interferir na quantidade e qualidade dos resultados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> - acesso em 25/07/2014> Acesso em 12 de outubro de 2014

DOURADO, Luiz Fernandes (org.), João Ferreira de Oliveira e Catarina de Almeida Santos, 2007. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP/MEC (Série “Textos para discussão”, nº 24). Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf> Acesso em 11 de outubro de 2014.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. PROCAD/SEE/MG, 2001. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Projeto_ped_Esc_Sagarana_2000.pdf> Acesso em 26 de outubro de 2014

GONÇALVES, Juçara dos Santos do; CARMO, Raimundo Santos. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão** - Belém do Pará, 2001. Monografia de Graduação em Pedagogia, UNAMA (Universidade da Amazônia). Disponível em <http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf> Acesso em 11 de outubro de 2014.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a construção do espaço na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na Escola Pública Básica**. Revista ORG & DEMO, Vol. 1, Nº 1 (2000). p. 41 a 49. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/458>> Acesso em 11 de outubro de 2014

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?** Série Idéias, n. 8, São Paulo: FDE, 1998.

MINAS GERAIS. **Conselho de Educação de Minas Gerais (CEE-MG). Parecer orientador sobre a organização dos sistemas municipais de ensino. Nº 500/1998**, relatora Glaura Vasques de Miranda. 29 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6895&Itemid=143> Acesso em 26 de julho de 2014

_____. **Decreto 35.503 de 30 de março de 1994, Aprova o Regulamento do Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.** 1994, 9 p. Disponível em: http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=4607&Itemid=145 Acesso em 11 de outubro de 2014

_____. **Lei nº 8469, de 23 de novembro de 1983: Dá a denominação de Professora Síria Thébit à Escola Estadual de 1º Grau, localizada na Gleba D, Rua José Sieiro Barreto, nº 274, no Conjunto Habitacional Cristina, Distrito de São Benedito, do Município de Santa Luzia.** Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=8469&comp=&ano=1983> Acesso em 22 de agosto de 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Salto para o Futuro, Série : Retratos da Escola, Boletim 12, junho/julho. 2005. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2014.

PEREIRA, Maria Susley. **A Avaliação das Aprendizagens e a Escola em Ciclos: o que muda na prática docente?** Anais do XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012 Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf Acesso em 15 de outubro de 2014

PEREIRA, Maria Susley. **A avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos: O que muda na prática docente?** Anais do XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012. 12 p. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf Acesso em 11 de outubro de 2014

SANTA LUZIA, . **Plano Municipal de Cultura.** Jan, 2013. 155 p. il. Disponível em: <http://www.santaluzia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/01/PMC-Santa-Luzia-MG-Vers%C3%A3o-Final-2.pdf-oficial.pdf> Acesso em 26/07/2014

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação institucional: elementos para discussão.** 7 p. 1995. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/107110439/Avaliacao-Institucional-Elementos-Para-Discussao> Acesso em 12 de outubro de 2014.

SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação Arquitetura e Urbanismo UFMG, 2011. 170 p. il. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8GCLN8?mode=full>> Acesso em: 22 de agosto de 2014